



PREVISIBILIDADE e SEGURANÇA – RESPONSABILIDADE DO GOVERNO

Ao longo dos últimos quatro anos, o Governo Federal, em que pese a intercorrência da pandemia e as interferências do Judiciário, oportunizou à iniciativa privada o período de maior estabilidade para a gestão de empresas no Brasil nas últimas décadas. No plano econômico, por exemplo, medidas coerentes e antecipadas permitiram que o Setor Produtivo se mantivesse vivo durante a pandemia, mesmo com o “fecha tudo” imposto por Estados e Municípios. Devemos recordar medidas como o Pronampe, a prorrogação para pagamento de tributos e a Medida Provisória que permitiu a redução de jornada e salário e a suspensão de contrato de trabalho, assegurando a manutenção de empregos e a sobrevivência de empresas.

Ainda, a Lei da Liberdade Econômica, desburocratização, concessões e privatizações, controle de gastos públicos e outras tantas iniciativas trouxeram aos empreendedores brasileiros e estrangeiros a segurança necessária para aportar seus investimentos. Ao mesmo tempo, o Brasil viveu uma fase de maior segurança pública, no campo e nas cidades, com respeito à propriedade privada, sem invasões e com reduções de índices de criminalidade. O número de homicídios em 2021 foi o menor dos últimos 14 anos. Coincidentemente ou não, houve flexibilização para posse de armas de fogo desde 2019. A reforma trabalhista (2017), consolidada nos últimos anos, pacificou as relações de trabalho, moderou a atuação dos sindicatos e reduziu os litígios judiciais. Tudo isso, criou um melhor ambiente de negócios.

Neste início de novo Governo, vivemos grande expectativa. O Governo eleito pretende estourar o teto de gastos para gastar mais do que arrecada. É notório que essa medida causará aumento da dívida pública e dos juros, afastará investimentos e provocará desemprego e inflação. As incertezas que acompanham o Governo eleito na área econômica, a falta de planejamento e de responsabilidade fiscal, o aumento dos gastos públicos simbolicamente representado pela majoração do número de Ministérios para 37, a fim de acomodar o criticado governo de coalização (toma lá, dá cá), demonstra que caminhamos de volta ao passado. O novo Governo terá de demonstrar, uma vez que a sinalização foi em sentido contrário, que está comprometido com o desenvolvimento econômico e social do País e que não repetirá os erros anteriores, de gestão e de probidade.

Se, por um lado, compete ao Governo dar previsibilidade e segurança à sociedade, nós, empresários, continuaremos planejando e esperando realizar bons negócios, porque acreditamos no empreendedorismo como forma de desenvolvimento do País.

ANDRÉ GUINDANI

Presidente da CICS CANOAS